

Vitória (ES), @dia_semana, 14 de Setembro de 2016.

17

Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS -**EDITAL Nº 001/2016****PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA PARA O CARGO DE INSPETOR PENITENCIÁRIO - CADASTRO DE RESERVA**

O Secretário de Estado da Justiça, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 98, Incisos II e IV, da Constituição Estadual, e em conformidade com a Lei Nº 9.955/2012 e Lei Complementar Nº 809/2015, torna público a realização de Processo Seletivo Simplificado para contrato administrativo de prestação de serviços em caráter temporário com formação de cadastro reserva, para o desempenho das funções de Inspetor Penitenciário em Designação Temporária, nas unidades prisionais do Estado do Espírito Santo da região da Grande Vitória, com base na Lei Complementar nº 809/2015, de 23 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial do Estado em 24/09/2015, republicada no Diário Oficial de 25/09/2015, e de acordo com as normas estabelecidas neste Edital.

1- DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1.1. Compreende-se como processo seletivo simplificado: a inscrição, a classificação nas etapas e assinatura do contrato de prestação de serviços para o exercício de suas atribuições.

1.2. A SEJUS dará ampla divulgação às etapas de chamada e contratação do processo seletivo simplificado através de publicação no site **www.sejus.es.gov.br** e no Diário Oficial do Estado.

1.3. O candidato deve atender aos requisitos e estar ciente das atribuições constantes no **Anexo I** deste edital.

1.4. Será designada pelo Secretário de Estado da Justiça, em ato próprio, uma Comissão do Processo Seletivo Simplificado encarregada de examinar as proposições técnicas e realizar o processo seletivo.

2 - DO CADASTRO DE RESERVA

Os candidatos inscritos no Processo Seletivo estarão concorrendo às vagas de cadastro de reserva conforme o quadro abaixo:

UNIDADES PRISIONAIS
Localizadas em Aracruz, Cariacica, Guarapari, Serra, Viana e Vila Velha.

3- DA INVESTIDURA NO CARGO DE INSPETOR PENITENCIÁRIO EM DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA

3.1. As atribuições do Inspetor Penitenciário em Designação Temporária, os requisitos, a remuneração, a jornada de trabalho e o prazo de vigência do contrato, constam no **Anexo I** do presente Edital.

4 - DAS INSCRIÇÕES

4.1. Antes de efetuar a inscrição o candidato deverá conhecer o Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos.

4.2. **As inscrições serão realizadas no período de 19/09/2016 a 25/09/2016.**

4.2.1. O candidato deverá fazer sua inscrição por meio da página eletrônica www.selecao.es.gov.br, no ícone Processo Seletivo Simplificado Edital cadastro reserva para o cargo de Inspetor Penitenciário, informando todos os dados ali solicitados.

4.2.2. Após preenchimento dos dados, ao pressionar a tecla confirmar, o sistema emitirá o formulário de inscrição com o número de protocolo.

4.3. Não serão aceitas inscrições fora do prazo fixado no item 4.2, acima.

4.4. Será permitida apenas uma inscrição por candidato.

4.5. O candidato deverá preencher os requisitos exigidos no item 3.1.

4.6. A inscrição implica o conhecimento e tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, das quais o candidato não poderá alegar desconhecimento, sob nenhuma hipótese.

5 - DO PROCESSO SELETIVO

5.1. A seleção para o cargo de que trata este edital constará das seguintes

fases:

5.1.1. 1ª. Fase: Inscrição e entrega de documentação comprobatória da qualificação profissional, de caráter classificatório e eliminatório;

5.1.2. 2ª. Fase: Comprovação de idoneidade e conduta ilibada na vida pública e na vida privada, de caráter eliminatório;

5.1.3. 3ª. Fase: Entrega de Documentação constante nos itens 11.14 e 11.15, de caráter eliminatório.

5.2. A Classificação Final dos candidatos ao Cadastro de reserva será conforme **Anexo II** do presente Edital.

5.3. Os candidatos que não alcançarem a posição estabelecida no **ANEXO II** estarão automaticamente eliminados;

5.4. A Secretaria de Estado de Justiça, divulgará em sua página na internet a relação dos candidatos que obtiverem pontuação, segundo a ordem crescente de qualificação, bem como por meio de nota simples no Diário Oficial do Estado.

5.4.1 O candidato que não pontuar, não será classificado, nem terá seu nome divulgado para a Segunda Fase do processo seletivo.

5.5. A Segunda Fase, de caráter eliminatório, consiste na pesquisa social que será realizada por meio de investigação social, criminal e procedimento administrativo disciplinar junto a Corregedoria da SEJUS;

5.6. Se o Resultado Final da Investigação Social considerar como NÃO INDICADO, o candidato será **ELIMINADO DO PROCESSO SELETIVO**, ou terá seu Contrato Administrativo de Prestação de Serviços rescindido a qualquer tempo com base na alínea "f" do Item 12.1 deste edital.

5.7. A Terceira Fase, de caráter eliminatório, conforme necessidade da administração, será realizada a medida em que os candidatos forem convocados.

6. DA CLASSIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Serão Critérios de Avaliação de Classificação Profissional para pontuação na Primeira Fase do Processo Seletivo Simplificado, as seguintes qualificações e pontuações:

DOS CRITERIOS DE AVALIAÇÃO DA PONTUAÇÃO RELATIVA À CLASSIFICAÇÃO PROFISSIONAL	
Qualificação	Pontuação
- Possui experiência de trabalho em atividade operacional na Secretaria de Estado da Justiça do Espírito Santo comprovada por meio de Declaração ou Certidão de Tempo de Serviço expedido pelo Departamento de Pessoal/Recursos Humanos da respectiva Secretaria da área prisional	Somados: até 2 (dois) anos 10,0 pontos
	Somados: igual ou acima de 3 (três) anos 15,0 pontos
- Possui experiência de trabalho em atividade operacional na área prisional (Empresa Privada) ou socioeducativa comprovada por meio de Declaração ou Certidão de Tempo de Serviço expedido pelo Departamento De Pessoal/Recursos Humanos ou Cópia de Carteira de Trabalho (registro do(s) contrato(s) de trabalho e páginas de identificação do candidato na respectiva carteira de trabalho com foto e dados pessoais). No caso de contrato em vigor (carteira sem data de saída), o candidato deverá também anexar declaração do empregador, em papel timbrado, com carimbo, data e assinatura do responsável pela emissão da declaração, atestando o término ou continuidade do contrato (Não serão aceitas certidões ou declarações de serviços prestados concomitantemente).	Somados: igual ou acima de 3 (três) anos 10,0 pontos

- Possui experiência profissional nas Forças Armadas Brasileira comprovada por meio de Certificado de Honra ao Mérito ou Certificado de bons serviços prestados com data posterior a inscrição.	Até 1 (um) ano 5,0 pontos
	Acima de 1 (um) ano 10,0 pontos
- Possui experiência profissional em órgão de Segurança Pública, comprovada por meio de Declaração ou Certidão de Tempo de Serviço expedido pelo Departamento De Pessoal/Recursos Humanos ou Cópia de Carteira de Trabalho (registro do(s) contrato(s) de trabalho e páginas de identificação do candidato na respectiva carteira de trabalho com foto e dados pessoais). No caso de contrato em vigor (carteira sem data de saída), o candidato deverá também anexar declaração do empregador, em papel timbrado, com carimbo, data e assinatura do responsável pela emissão da declaração, atestando o término ou continuidade do contrato.	Somados: acima de 2 (dois) anos 5,0 pontos
- Ser portador de diploma de curso de nível superior completo em qualquer área ou de tecnólogo (nível superior), reconhecidos pelo MEC.	10,0 pontos
- Ser portador de diploma de curso técnico completo, reconhecido pelo MEC (exceto ensino médio).	5,0 pontos
- Ser portador de Certificado de participação em cursos na área de Segurança Prisional reconhecidos ou emitidos pelo MEC e/ou Ministério da Justiça e/ou SENASP e/ou ESESP e/ou SEJUS, com registro da carga horária, realizados nos últimos 5 (cinco) anos.	Somados: até 120 horas/aula 10,0 pontos
	Somados: igual ou acima de 121 horas/aula 15,0 pontos

6.1. Somente serão pontuados os certificados e/ou diplomas e/ou comprovantes **EMITIDOS EM DATA ANTERIOR AO DA INSCRIÇÃO**.

6.2. Na hipótese de não comprovação ou de comprovação inadequada dos critérios de avaliação da pontuação relativa à classificação profissional, o candidato estará **AUTOMATICAMENTE ELIMINADO** do processo de seletivo simplificado.

6.3. Não serão aceitas inscrições parciais, incompletas, extemporâneas ou com erro de preenchimento/digitação. Nestes casos o candidato estará **AUTOMATICAMENTE ELIMINADO** do processo de seletivo simplificado.

6.3.1 Não caberá Recurso administrativo nos casos de eliminação por inscrição parcial, incompleta ou com erro de preenchimento/digitação.

6.4. De acordo com a Emenda Constitucional nº 59, publicada em 19/11/2008, o profissional contratado em designação temporária não poderá atuar sob direção imediata de cônjuge, companheira (o) ou de parentes de até terceiro grau civil.

6.5. Caso o titular não inicie as atividades na data estabelecida o contrato será automaticamente rescindido.

6.6. A nota do candidato será o somatório dos pontos obtidos em relação à sua qualificação profissional.

6.7. A Secretaria de Estado de Justiça, divulgará em sua página na internet a relação dos candidatos que obtiverem pontuação, segundo a ordem crescente de qualificação, bem como por meio de nota simples no Diário Oficial do Estado.

7. DA INVESTIGAÇÃO SOCIAL

A investigação social visa analisar a vida pregressa do candidato quanto às infrações penais, conduta moral e social que porventura tenha praticado no decorrer de sua vida, visando aferir seu comportamento frente aos deveres e proibições das atividades desenvolvidas pelo Inspetor Penitenciário.

7.1. Os candidatos deverão preencher **COMPLETAMENTE** a Ficha de Informações Confidenciais - FIC - que estará disponível no site www.selecao.es.gov.br

selecao.es.gov.br e realizar a entrega em envelope individual devidamente lacrado na Diretoria de Inteligência Prisional, localizada na Av. Jerônimo Monteiro, nº 96, Ed. Aureliano Hoffmann, 1º andar, Centro de Vitória - ES, ou em local indicado na convocação.

7.2. Durante a Investigação Social, a qualquer tempo o candidato poderá ser convocado para esclarecer informações prestadas, a fim de atender o disposto do presente Edital, mesmo que já contratado.

7.3. O procedimento de investigação social será contínuo, podendo a qualquer tempo durante o período da contratação, caso seja evidenciado que o candidato omitiu informações e/ou inseriu na documentação apresentada dados inverídicos e/ou utilizou de algum meio fraudulento para participar do certame, ter o contrato rescindido por conveniência administrativa, sem prejuízo de eventual responsabilidade penal ou por atos de improbidade administrativa, nos termos da legislação em vigor.

7.4. A SEJUS, a qualquer tempo, para esclarecer informações prestadas pelo candidato, a fim de atender o disposto no presente Edital, buscará junto aos órgãos da Administração Direta, Indireta, Empresas, confirmação da autenticidade/expedição de diplomas, declarações de termos de cursos entre outros dados necessários a atender o interesse público e a preservação da dignidade do cargo público de Inspetor Penitenciário.

8 DA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

8.1. De acordo com a necessidade da administração pública a SEJUS convocará o quantitativo de candidatos, considerados aptos nas duas primeiras fases, que deverão apresentar os documentos constantes dos subitens 11.14 e 11.15, para posterior assinatura do contrato e localização nas Unidades Prisionais constantes no Item 2 deste EDITAL.

9- DO DESEMPATE

9.1. Em casos de empate, será dada preferência ao candidato mais idoso, considerando-se mês, dia e hora.

10- DOS RECURSOS

10.1. Os pedidos de recursos dos resultados deverão ser dirigidos à Comissão do Processo Seletivo no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da data subsequente da divulgação dos resultados, devendo ser protocolizados no Setor de Protocolo, localizado na Avenida Governador Bley, nº 236, Ed. Fábio Ruschi, 9º andar, Centro, Vitória/ES, CEP 29010-150, nos horários de funcionamento do setor (09h00m às 18h00m).

10.2. O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente ou intempestivo, bem como aqueles cujo teor desrespeite a Comissão do Processo Seletivo ou membro da comissão serão sumariamente indeferidos.

10.3. O recurso será analisado em **até 30** (trinta) dias a contar da data de sua interposição, e o resultado do julgamento será divulgado no site www.sejus.es.gov.br.

10.4. Serão aceitos somente os recursos interpostos pessoalmente; por representação, por meio de procuração com firma reconhecida em cartório; ou por correspondência em A.R. (Aviso de Recebimento), via Correios postada até o último dia definido para a apresentação do recuso, enviada no endereço citado no item 10.1.

10.5. Da decisão da Comissão do Processo Seletivo que trata o item 10.1, caberá recurso dirigido à autoridade máxima da Secretaria de Estado da Justiça, desde que, apresentadas provas novas ou circunstâncias relevantes concernentes à matéria recorrida, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do primeiro dia útil subsequente à publicação do resultado do julgamento de que trata o item 10.3.

11 - DA CONTRATAÇÃO

11.1. As contratações temporárias serão admitidas em conformidade com a Lei Complementar nº 809/15.

11.2. O contrato temporário será firmado de acordo com o disposto no art. 2, XII, da Lei Complementar nº 809/2015.

11.3. As vagas referentes ao cadastro de reserva serão preenchidas por interesse, conveniência e oportunidade da Administração.

11.4. O contrato temporário será firmado por prazo determinado de acordo com o disposto no art. 4, II, da Lei Complementar nº 809/2015.

11.5. A contratação em caráter temporário dar-se-á mediante assinatura de contrato administrativo de prestação de serviços entre a SEJUS e o profissional contratado.

Vitória (ES), @dia_semana, 14 de Setembro de 2016.

19

11.5.1. Será automaticamente eliminado do processo seletivo o candidato que não comprovar as declarações feitas na ficha de inscrição referente a Qualificação Profissional, não apresentar os documentos exigidos ou não preencher todos os requisitos deste Edital.

11.5.2. A não aprovação na investigação social implicará na exclusão do candidato do processo seletivo.

11.6. Concluída a terceira fase, a Secretaria de Estado da Justiça convocará os candidatos aptos para formalizar e firmar o contrato de trabalho de acordo com a necessidade da Administração Pública.

11.7. Para formalização do contrato de trabalho os candidatos deverão entregar, na terceira fase, cópia simples dos documentos solicitados neste Edital, e para a assinatura deverão estar de posse dos respectivos originais para conferência.

11.8. O Candidato que houver sido contratado ou nomeado anteriormente pela SEJUS e que tiver sido exonerado, ou teve contrato rescindido por: conveniência administrativa e/ou ato motivado pela Corregedoria e/ou por determinação judicial, será AUTOMATICAMENTE ELIMINADO do processo seletivo.

11.9. A Secretaria de Estado da Justiça manterá banco de dados contendo a relação dos candidatos selecionados na Fase 1 pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, ficando a critério desta a Contratação dos candidatos, conforme necessidade da Administração Pública.

11.10. Os candidatos serão chamados a firmarem contrato para prestação de serviços em qualquer uma das unidades prisionais localizadas nos municípios constantes no Item 2.

11.11. Os candidatos que houverem firmado o contrato de prestação de serviços farão curso de formação na Escola Penitenciária - EPEN, durante a vigência do contrato.

11.12. O curso de formação na Escola Penitenciária - EPEN será oferecido pela Secretaria de Estado da Justiça.

11.13. De acordo com o artigo 37, inciso XVI, da Constituição da República Federativa do Brasil, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI:

a) a de dois cargos de professor
b) a de um cargo de professor com outro, técnico ou científico;
c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde.

11.14. No ato da contratação o candidato deverá entregar a cópia da documentação listada abaixo, juntamente com apresentação da documentação original;

a) CPF;
b) Carteira de Identidade original;
c) Carteira Nacional de Habilitação, Categoria de Habilitação "B" ou superior;
d) Comprovante de Cadastramento no PIS/PASEP;
e) Carteira de Trabalho da Previdência Social (CTPS);
f) Título de Eleitor com comprovante de votação da última eleição ou certidão de nada consta;
g) Certificado de Reservista ou CDI (Certificado de Dispensa de Incorporação), para os candidatos do sexo masculino;
h) Certificado de conclusão de ensino médio e histórico escolar, originais;

i) Comprovante de Residência (conta de água; energia elétrica ou telefone) originais, em seu nome;
j) Atestado de Antecedentes (expedido pelo Departamento de Identificação da Superintendência de Polícia Técnico Científica);
k) Certidão Negativa de Nada Consta - Cível e Criminal (todas as comarcas)
l) Certidão Negativa de Nada Consta da Justiça Federal;
m) Declaração de próprio punho de que não acumula cargos;
<input type="checkbox"/> n) Certidão Negativa Criminal da Justiça Eleitoral;
<input type="checkbox"/> o) Certidão Negativa da Justiça Militar da União;
p) Atestado de saúde ocupacional, fornecido por médico especializado em Medicina do Trabalho;
q) 01 (uma) foto 3x4 recente;

11.15. Os candidatos deverão apresentar as seguintes CÓPIAS AUTENTICADAS:

r) Dos documentos para comprovação da qualificação profissional;
s) Diploma original para conferência da graduação ou Declaração original emitida pela Instituição de Ensino Superior que comprove a colação de grau do curso superior, reconhecido pelo MEC

12- DA CESSAÇÃO DO CONTRATO TEMPORÁRIO

12.1. A cessação do contrato administrativo de prestação de serviços, antes do prazo previsto, poderá ocorrer:

- A pedido do contratado;
- Por conveniência administrativa;
- Quando o contratado incorrer em falta disciplinar;
- Quando da homologação do concurso público para provimento da carreira/função equivalente;
- Quando houver discordância, com relação ao art.37, inciso XVI da CF/88
- Em função do resultado da Investigação Social.

12.2 Com base na Lei Complementar nº 809/2015, Art. 14, o contrato firmado será rescindido ou extinto, SEM direito a indenização:

- pelo término do prazo contratual;
- por iniciativa do contratado;
- por conveniência da Administração;
- quando o contratado incorrer em falta disciplinar;

12.3 A rescisão do contrato a pedido do contratado deverá ser comunicada com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao órgão contratante.

13- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

13.1. Caberá a Comissão do Processo Seletivo Simplificado, instituída pela SEJUS, em ato próprio, a coordenação geral do processo seletivo que trata este edital.

13.2. O processo seletivo terá validade de 12 (doze) meses.

13.3. Nenhum candidato poderá alegar desconhecimento das instruções contidas neste Edital.

13.4. De acordo com a necessidade da SEJUS poderá haver movimentação dos Inspectores contratados entre as Unidades Prisionais referidas no **Item 2**.

13.5. A inexatidão, a falsidade de declaração e as irregularidades da documentação, verificadas a qualquer tempo, em especial por ocasião da contratação, acarretará a nulidade da inscrição com todas as suas consequências, sem prejuízo das demais medidas de ordem administrativa, cível ou criminal.

13.6. O não comparecimento do candidato dentro do prazo previsto no edital e após convocado para a celebração do contrato de prestação de

serviço, implicará na sua exclusão do processo seletivo, salvo nos casos de impedimento legal, justificado pelo candidato, que será analisado pela Comissão do Processo Seletivo.

13.6.1. O candidato que não possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH) no momento da entrega da documentação na terceira fase, estará **AUTOMATICAMENTE ELIMINADO** do processo de seletivo simplificado.

13.6.2. O candidato que estiver com a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) vencida, cassada ou suspensa no momento da entrega da documentação na terceira fase, estará **AUTOMATICAMENTE ELIMINADO** do processo de seletivo simplificado.

13.7. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais atualizações ou retificações, que serão informados em Edital ou por Aviso a ser publicado no Diário Oficial do Estado.

13.8. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão do Processo Seletivo designada pelo Secretário de Estado da Justiça, observados os princípios e normas que regem a Administração Pública.

Vitória/ES, 12 de setembro de 2016.

WALACE TARCISIO PONTES

Secretário de Estado da Justiça

ANEXO I

DO INSPETOR PENITENCIÁRIO DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIO, MASCULINO E FEMININO	
DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> - Proteger pessoas e bens no âmbito da atividade penitenciária; - Preservar a ordem, repelindo a violência, no âmbito da atividade penitenciária; desempenhar atividades de segurança e vigilância interna dos estabelecimentos prisionais; - Exercer atividades de movimentação e vigilância de presos na área interna da unidade e externa por ocasião do comparecimento aos juizados, redes hospitalares de assistência médica e odontológica; - Realizar buscas periódicas nas celas e em qualquer área do complexo penitenciário; - Realizar revistas nos presos; realizar revistas pessoais nas visitas dos presos e em qualquer pessoa que adentre as unidades prisionais, observando os aspectos legais; - Obedecer às ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; vistoriar todo e qualquer veículo que entre ou saia dos estabelecimentos prisionais; - Desempenhar atividades de caráter administrativo de identificação e registro de informações relativas a presos; - Auxiliar na movimentação dos detentos/presos para entrada e saída das salas de aula; <p>II - manter as disciplinas nos espaços educacionais;</p> <p>III - Organizar os horários e deslocamentos para idas aos banheiros e/ou para beber água, durante o horário de atividade escolar; Realizar outras atribuições correlatas.</p>

REQUISITOS:	<ul style="list-style-type: none"> - Certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de ensino médio (antigo segundo grau) ou profissionalizante, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação. - Ser aprovado em todas as fases do processo seletivo. - Ter nacionalidade brasileira ou portuguesa e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado nos termos do artigo 12, § 1.º, da Constituição Federal. - Estar em dia com as obrigações eleitorais e militares. - Possuir carteira de identidade civil. - Possuir os requisitos exigidos para o exercício do cargo, na data da contratação. - Possuir Carteira Nacional de Habilitação, Categoria de Habilitação "B" ou superior; - Ter idade mínima de dezoito anos completos na data do encerramento da inscrição. - Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo comprovada através do Atestado de Saúde Ocupacional (ASO). - Apresentar certidões negativas de antecedentes criminais da Justiça Federal, da Justiça Estadual, da Justiça Eleitoral e, quando for o caso, da Justiça Militar Estadual (artigo 125, § 3.º, da CF), da cidade/município e/ou da jurisdição onde residiu nos últimos cinco anos, expedidas, no máximo, há seis meses. - Firmar declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público e/ou entidade da esfera federal, estadual e/ou municipal. - Cumprir as determinações deste edital. - Não estar respondendo a processo administrativo junto ao poder público do Estado do Espírito Santo; - Não ter tido contrato de trabalho rescindido por Processo Administrativo Disciplinar da Corregedoria; - Possuir, na data de encerramento das inscrições, a escolaridade e requisitos básicos exigidos para o exercício da atividade (cursos e/ou experiência profissional); - Não enquadrar-se na vedação de acúmulo de cargos (artigo 37, XVI da CF). - As informações prestadas no ato da inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, dispondo a SEJUS do direito de excluir do presente processo seletivo qualquer candidato, desde que constatada falsidade em qualquer declaração e/ou documentos apresentados, sendo cancelados ou anulados todos os atos decorrentes, respondendo ainda seu autor na forma da lei.
REMUNERAÇÃO	Subsídio no valor de R\$ 2.643,85 (dois mil e seiscentos e quarenta e três reais e oitenta e cinco centavos).
JORNADA DE TRABALHO	A jornada de trabalho será em regime de plantão, escala 12x36 ou em horário de expediente de 8 (oito) ou 10 horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais de acordo com a necessidade da Administração (ou nos casos excepcionais em regime de plantão, escala 24x72).
PRAZO DE CONTRATAÇÃO	12 (doze) meses a contar da data de formalização do contrato administrativo de prestação de serviços, podendo ser prorrogado por igual período.

Vitória (ES), @dia_semana, 14 de Setembro de 2016.

ANEXO II

DA CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS AO CADASTRO DE RESERVA	
Grande Vitória	Masculino: Até a 3.000ª colocação Feminino: Até a 1.000ª colocação

Protocolo 263326

RESUMO DE ORDEM DE FORNECIMENTO

ORDEM DE FORNECIMENTO N.º 237/2016.
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 066/2016.
PROCESSO N.º 74763415.
CONTRATANTE: SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA.
CONTRATADA: CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS E FARMACEUTICOS LTDA
OBJETO: Aquisição de medicamentos
VALOR TOTAL: R\$ 828,00.
 Vitória/ES, 13 de Setembro de 2016.

WALACE TARCÍSIO PONTES
 Secretário de Estado da Justiça
Protocolo 263407

RESUMO DE ORDEM DE FORNECIMENTO

ORDEM DE FORNECIMENTO N.º 241/2016.
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 115/2016.
PROCESSO N.º 74639790.
CONTRATANTE: SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA.
CONTRATADA: LE PETIT SERVIÇOS E COMERCIO LTDA - ME.
OBJETO: Aquisição de shampoo.
VALOR TOTAL: R\$ 3.790,08
 Vitória/ES, 13 de setembro de 2016.

WALACE TARCÍSIO PONTES
 Secretário de Estado da Justiça
Protocolo 263414

RESUMO DE ORDEM DE FORNECIMENTO

ORDEM DE FORNECIMENTO N.º 238/2016.
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 057/2016.
PROCESSO N.º 74243217.
CONTRATANTE: SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA.
CONTRATADA: J. FERREIRA MULTI COMÉRCIO EIRELI EPP.
OBJETO: Aquisição de escova dental.
VALOR TOTAL: R\$ 14.702,10.
 Vitória/ES, 13 de Setembro de 2016.

WALACE TARCÍSIO PONTES
 Secretário de Estado da Justiça
Protocolo 263427

RESUMO DE ORDEM DE FORNECIMENTO

ORDEM DE FORNECIMENTO N.º 240/2016.
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 133/2016
PROCESSO N.º 75045796
CONTRATANTE: SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA.
CONTRATADA: DROGARIA MEDITERRANEO LTDA-ME
OBJETO: Aquisição de Condicionador
VALOR TOTAL: R\$ 2.833,92
 Vitória/ES, 13 de Setembro de 2016.

WALACE TARCÍSIO PONTES
 Secretário de Estado da Justiça
Protocolo 263431

Instituto Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON - INSTRUÇÃO DE SERVIÇO N.º 048/2016

A DIRETORA PRESIDENTE DO INSTITUTO ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON-ES, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Complementar n.º 373, de 03 de julho de 2006, assinou nesta data, a seguinte Instrução de Serviço:
EXONERAR, de acordo com o art. 61, §2º, alínea "a" da Lei Complementar n.º 46/94, **ONIAS DE FREITAS CASTAÑO,** n.º funcional 3093875, Motorista de Gabinete - PRO 08, a partir de 12/09/2016.

Vitória, 13 de setembro de 2016.

DENIZE IZAITA PINTO
 Diretora Presidente
Protocolo 263492

Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social - SETADES

ORDEM DE SERVIÇO N.º 137/2016

A SUBSECRETÁRIA DE ESTADO PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS/ SETADES, no uso de suas atribuições legais, **resolve:**

INTERROMPER, a partir de

15/09/2016, por imperiosa necessidade de serviço, as férias do servidor **HUGO SALLES DE ARAÚJO,** N.º Funcional 3680754, referentes ao exercício de 2016, iniciadas em 12/09/2016, restando 27 (nove) dias a gozar oportunamente.

Vitória, 12 de setembro de 2016.

FABIANE MARQUES DA SILVA PICALLO
 Subsecretária de Estado para Assuntos Administrativos
Protocolo 263213

ORDEM DE SERVIÇO N.º 138/2016

A SUBSECRETÁRIA DE ESTADO PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS/ SETADES, no uso de suas atribuições legais, **Resolve:**

ALTERAR a Escala de Férias desta Secretaria referente ao exercício de 2016, aprovada pela Portaria n.º 102-S, publicada no Diário Oficial dos Poderes do Estado do Espírito Santo em 13/11/2015, excluindo o servidor, **PAULO FERNANDO VIEIRA DA SILVA,** n.º Funcional 3406504, do mês de outubro/2016 e incluindo no mês de setembro/2016, e **CONCEDÊ-LAS,** a contar do dia 14 de setembro de 2016.

Vitória, 12 de setembro de 2016.

FABIANE MARQUES DA SILVA PICALLO
 Subsecretária de Estado para Assuntos Administrativos
Protocolo 263214

Secretaria de Estado da Cultura - SECULT -

PORTARIA N.º 027 - S, de 13 de setembro de 2016.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CULTURA, no uso das atribuições legais, **RESOLVE:**
Artº 1º: DESIGNAR os membros abaixo relacionados, para compor a **COMISSÃO JULGADORA** prevista no **EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS N.º 002/2016:**

Cristiane Iglesias Arenas: Cineasta e roteirista; formada em Artes Visuais na Faculdade de Belas Artes do Estado de São Paulo; pós graduada em Linguagens da Arte pela Universidade de São Paulo.

João Paulo Pontes e Silva: Mestrando em sociologia pela UFRGS; atua na Fábrica do Futuro, e coordena a rede de cineclubes do projeto Escola Animada.

João Luiz Prestes Rabelo: Coordenador de articulação do Programa de Ocupação dos Centros de Artes e Esportes Unificados CEU's - Formação Musical; Coordenador da Rede Estadual dos Pontos de Cultura.

Artº 2º: Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Artº 3º: Revogam-se as disposições contrárias.

Vitória, 13 de setembro de 2016

JOÃO GUALBERTO MOREIRA VASCONCELLOS
 Secretário de Estado da Cultura
Protocolo 263318

Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca - SEAG -

Centrais de Abastecimento do Espírito Santo - CEASA -

PORTARIA 048/2016
 O Diretor-presidente da CEASA-ES, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 17º, alínea "i" do Estatuto Social; **RESOLVE:**
 Artigo 1.º - Nomear o Servidor **JOÃO CARLOS LIMA FILHO,** Número Funcional 2783002, como fiscal do contrato n.º 007/2015, firmado entre CEASA-ES e a empresa **ELCMAR SOLUÇÕES EM PRODUÇÃO DE DOCUMENTOS LTDA ME.;**
 Artigo 2.º - Manter a Servidora **DARLENE GLÓRIA BOONI,** Número Funcional 3714977, nomeada através da Portaria 016/2016, de 10-05-2016, também como fiscal do referido contrato e com as mesmas atribuições;
 Artigo 3.º - Revogar a portaria 016/2016, de 10 de maio de 2016 e demais disposições em contrário, porventura existentes.
 Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando as disposições em contrário.
 Cariacica-ES, 6 de setembro de 2016.
JOSÉ CARLOS BUFFON
 Diretor-presidente
Protocolo 263338

Secretaria de Estado dos Transportes e Obras Públicas - SETOP -

PORTARIA N.º 040-S, de 13 de setembro de 2016.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DOS TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 65, da Lei Complementar n.º 46, de 31 de janeiro de 1994;

RESOLVE:

Art. 1º - Constituir Grupo de Trabalho Disciplinar com vista à elaboração de Termo de Referência para contratação de serviço de auditoria do Sistema de Bilhetagem Eletrônica - SBE, do Sistema de Monitoramento da Frota e do Sistema Embarcado de Videomonitoramento.

Art. 2º - O Grupo de Trabalho deverá apresentar a fundamentação, justificativas e especificações para a contratação da referida auditoria.